



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL

R. Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Parque dos Poderes, Campo Grande - MS, 79037-102 - CEP - @cidade_unidade@ - -
www.jfms.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13151084/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0001383-33.2026.4.03.8002

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de copa e cozinha para atendimento das necessidades da 1ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, compreendendo os prédios da Sede, Juizado Especial Federal, Turmas Recursais e Arquivo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CATMAT	UM	Qtde	PREÇO ESTIMADO	
					Unit.	Total
1	Copo de vidro multiuso; tipo: liso; material: vidro transparente; cor: incolor; capacidade: 300ml a 330ml; diâmetro aproximado 75 mm; altura aproximada: 135 mm; Superfície lisa e uniforme; Isento de bolhas de ar; Sem ranhuras ou trincas; Borda com acabamento arredondado; Fundo reforçado antiqueda; Vidro de alta resistência térmica; Paredes com espessura homogênea; Acondicionamento em caixas apropriadas; Identificação clara na embalagem externa.	311415	CX C/ 6	33	39,29	1.296,57
2	Jogo de Xícaras de Café com Pires; Tipo: Tradicional (clássico). Composição: 06 xícaras e 06 pires; Material: Vidro transparente; Cor: Totalmente incolor e translúcida; Capacidade da xícara: De 50 ml a 80 ml (padrão café expresso/passado); Design: Formato anatômico com alça lateral funcional; Transparência cristalina sem distorções visuais; Isento de bolhas, rebarbas ou microfissuras; Bordas com acabamento arredondado e suave; Pires com encaixe central perfeito para a xícara; Resistência a choque térmico (líquidos quentes) Compatibilidade com micro-ondas; Acondicionamento em caixas apropriadas; Identificação clara na embalagem externa.	483029	CX C/ 6	10	53,28	532,80

3	Jarra de Vidro Multiuso; Formato: Alta e bojuda (corpo arredondado com gargalo alongado); Componentes: Com asa (alça) integrada e bico direcionador de fluxo; Material: Vidro transparente de alta qualidade; Cor: Incolor; Capacidade volumétrica: 1,5 litro; Estrutura moldada sem rebarbas cortantes; Isenta de bolhas de ar ou impurezas fundidas; Vidro homogêneo sem ranhuras ou fissuras; Asa ergonômica com fixação robusta e segura; Bico corta-gotas para evitar respingos; Base plana com excelente estabilidade vertical; Resistência mecânica para uso diário constante; Paredes espessas para maior durabilidade; Embalagem em caixa de papelão resistente; Proteção interna contra impactos e atritos; Identificação visível de "Produto Frágil" no exterior.	240390	UNID	30	27,66	829,80
4	Jarra de Plástico com Tampa; Formato: Alta (corpo com gargalo alongado); Componentes: Com asa (alça) integrada, bico direcionador e tampa removível; Material: Plástico injetado rígido (Polipropileno ou Poliestireno); Atoxicidade: Livre de BPA (BPA Free); Cor da jarra: Branca Opaca; Capacidade volumétrica: 1,5 litro; Superfície lisa sem rebarbas de moldagem; Material resistente a impactos e riscos superficiais; Tampa com encaixe firme sob pressão ou rosca; Bico dosador com fluxo contínuo e sem gotejamento; Alça ergonômica super-resistente fundida ao corpo; Suporta variações de temperatura (geladeira e líquidos mornos); Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.	356505	UNID	10	16,25	162,50
5	Garrafa Térmica de Mesa; Capacidade volumétrica: 1,0 litro; Ampola interna: Vidro de alta resistência térmica; Corpo externo: Aço inoxidável escovado ou polido; Componentes: Alça embutida, bico direcionador e tampa dosadora; Isolamento térmico: Vácuo entre a ampola e o corpo externo; Conservação térmica: Mínimo de 6 horas para líquidos quentes; Mínimo de 12 horas para líquidos gelados; Sistema de acionamento; Sistema de acionamento: Botão click (fast click) ou gatilho de precisão; Vedação: Anel de silicone alimentício hermético e antivazamento; Material atóxico livre de BPA (BPA Free); Bico corta-gotas com fluxo direcionado seguro; Base antiderrapante e de alta estabilidade vertical; Estrutura resistente a impactos leves cotidianos; Embalagem em caixa de papelão resistente; Inclusão de manual de uso e conservação em português; Identificação visível de "Produto Frágil" no exterior; Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.	601149	UNID	36	92,58	3.332,88

6	<p>Coador de Café em Pano (Tamanho Grande); Capacidade volumétrica: Adequado para o preparo de até 7 litros de café por infusão; Material do tecido: Algodão 100% natural, sem alvejantes químicos ou corantes; Tamanho: Grande (comprimento do saco proporcional ao diâmetro para escoamento eficiente); Material do aro: Aço galvanizado, aço inoxidável ou alumínio reforçado; Cabo: Madeira com tratamento impermeabilizante ou plástico rígido de alta densidade; Tecido com trama densidade média (retém o pó fino sem travar o fluxo do líquido); Costura dupla reforçada nas laterais para suportar o peso do volume de água; Cabo ergonômico com comprimento que garanta distância segura do vapor quente; Material totalmente atóxico e livre de odores que possam alterar o sabor da bebida; Alta durabilidade sob uso comercial ou institucional contínuo; Resistência à fervura frequente para higienização; Embalagem individual plástica transparente, hermética e lacrada de fábrica. Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	618307	UNID	30	19,36	580,80
---	---	--------	------	----	-------	--------

7	<p>Copo Descartável Ecológico e Térmico para Água; Composição: Fibra de bambu natural e celulose bacteriana biodegradável; Apresentação: Embalagem em pacote (pct) fechado contendo exatamente 100 unidades; Capacidade volumétrica: Faixa utilitária entre 180 ml e 200 ml; Propriedade térmica: Estrutura isolante que preserva a temperatura interna e evita desconforto térmico nas mãos; Sustentabilidade: Produto 100% compostável, biodegradável e livre de plásticos (Plastic Free); Atoxicidade: Isento de bisfenol A (BPA Free), branqueadores químicos ou defensivos industriais; Resistência mecânica: Paredes rígidas com alta rigidez estrutural que evitam deformações ou rasgos durante o uso; Impermeabilização: Revestimento interno de barreira orgânica (como resina PLA vegetal) resistente à umidade prolongada; Acabamento: Bordas superiores perfeitamente arredondadas e seladas para toque labial seguro e confortável; Isolamento: Barreira eficiente que impede a condensação externa em líquidos gelados e a queima de dedos com líquidos quentes; Embalagem do lote: Pacotes plásticos herméticos lacrado para proteção contra umidade e poeira antes do uso; Informações externas: Rótulo contendo as certificações ambientais vigentes, lote, fabricante e capacidade; Armazenamento: Caixas de despacho coletivas resistentes a empilhamento para evitar esmagamento dos copos; Garantia: Cobertura de fábrica contra falhas de selagem no fundo do copo ou deformação excessiva. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 18 meses.</p>	615258	PCT C/ 100	155	44,38	6.878,90
8	<p>Aquisição de galão/vasilhame para envase de água; Quantidade: 20 unidades; Capacidade nominal: 20 litros; Estado do item: Novos e vazios; Material de fabricação: Policarbonato (PC) ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD); Propriedade do material: Atóxico, virgem, inodoro e livre de BPA (Bisfenol A); Cor: Azul translúcido; Compatibilidade: Gargalo padrão para encaixe em bebedouros de coluna e suportes de mesa tradicionais; Padrão de Higiene: Superfície interna e externa lisa para facilitar a sanitização; Normativa: Fabricado em conformidade com as normas da ANVISA e regulamentos do INMETRO para contato direto com alimentos e bebidas; Validade: A vida útil do galão retornável deverá observar o prazo de 3 (três) anos, nos termos da Portaria DNPM nº 128/2011, devendo a data de fabricação estar gravada de forma legível no recipiente.</p>	402921	UNID	20	22,00	440,00

9	<p>Canecão / Fervedor de Água com Fundo Magnético; Fundo Triplo Indutivo: Base plana com camada externa em aço inoxidável ferrítico (magnético), projetada especificamente para a perfeita magnetização e transferência de calor em cooktops de indução; Multifuncionalidade: Deve ser compatível também com fogões a gás, elétricos e vitrocerâmicos; Capacidade volumétrica: 2,0 litros; Material do corpo: Aço inoxidável de alta espessura ou alumínio com revestimento cerâmico/antiaderente premium (com base externa em inox cirúrgico ou ferrítico); Alça / Cabo: Material antitérmico (baquelite reforçada ou silicone texturizado), com isolamento de calor para manuseio seguro sem luvas.Design: Formato cilíndrico alto, com bico direcionador para evitar respingos no momento do escoamento; Fundo totalmente plano para garantir o contato integral com a zona de cocção do cooktop; Espessura estrutural mínima para evitar deformações sob altas temperaturas; Fixação do cabo feita por rebites ou solda industrial de alta resistência mecânica; Material interno atóxico, que não libere resíduos químicos na água fervente; Acabamento externo polido, escovado ou esmaltado de fácil higienização; Selo ou indicação explícita na embalagem: "Compatível com Indução"; Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	364646	UNID	2	131,25	262,50
---	---	--------	------	---	--------	--------

10	<p>Canecão / Fervedor de Água com Fundo Magnético; Fundo Triplo Indutivo: Base plana com camada externa em aço inoxidável ferrítico (magnético), projetada especificamente para a perfeita magnetização e transferência de calor em cooktops de indução; Multifuncionalidade: Deve ser compatível também com fogões a gás, elétricos e vitrocerâmicos; Capacidade volumétrica: 4,5 a 5,0 litros; Material do corpo: Aço inoxidável de alta espessura ou alumínio com revestimento cerâmico/antiaderente premium (com base externa em inox cirúrgico ou ferrítico); Alça / Cabo: Material antitérmico (baquelite reforçada ou silicone texturizado), com isolamento de calor para manuseio seguro sem luvas.Design: Formato cilíndrico alto, com bico direcionador para evitar respingos no momento do escoamento; Fundo totalmente plano para garantir o contato integral com a zona de cocção do cooktop; Espessura estrutural mínima para evitar deformações sob altas temperaturas; Fixação do cabo feita por rebites ou solda industrial de alta resistência mecânica; Material interno atóxico, que não libere resíduos químicos na água fervente; Acabamento externo polido, escovado ou esmaltado de fácil higienização; Selo ou indicação explícita na embalagem: "Compatível com Indução"; Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	443891	UNID	9	223,50	2.011,50
----	---	--------	------	---	--------	----------

11	<p>Chaleira / Bule com Apito para Indução; Fundo Triplo Indutivo: Base plana com camada externa em aço inoxidável ferrítico (magnético), projetada especificamente para a perfeita magnetização e transferência de calor em cooktops de indução; Multifuncionalidade: Deve ser compatível também com fogões a gás, elétricos e vitrocerâmicos; Capacidade volumétrica: 2,0 litros; Material do corpo: Aço inoxidável de alta espessura ou alumínio com revestimento cerâmico/antiaderente premium (com base externa em inox cirúrgico ou ferrítico); Alça / Cabo: Material antitérmico (baquelite reforçada ou silicone texturizado), com isolamento de calor para manuseio seguro sem luvas.Design: Formato cilíndrico alto, com bico direcionador para evitar respingos no momento do escoamento; Fundo totalmente plano para garantir o contato integral com a zona de cocção do cooktop; Espessura estrutural mínima para evitar deformações sob altas temperaturas; Fixação do cabo feita por rebites ou solda industrial de alta resistência mecânica; Material interno atóxico, que não libere resíduos químicos na água fervente; Acabamento externo polido, escovado ou esmaltado de fácil higienização; Selo ou indicação explícita na embalagem: "Compatível com Indução"; Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	318091	UNID	3	97,59	292,77
----	---	--------	------	---	-------	--------

12	Chaleira / Bule com Apito para Indução; Fundo Triplo Indutivo: Base plana com camada externa em aço inoxidável ferrítico (magnético), projetada especificamente para a perfeita magnetização e transferência de calor em cooktops de indução; Multifuncionalidade: Deve ser compatível também com fogões a gás, elétricos e vitrocerâmicos; Capacidade volumétrica: 3,0 litros; Material do corpo: Aço inoxidável de alta espessura ou alumínio com revestimento cerâmico/antiaderente premium (com base externa em inox cirúrgico ou ferrítico); Alça / Cabo: Material antitérmico (baquelite reforçada ou silicone texturizado), com isolamento de calor para manuseio seguro sem luvas.Design: Formato cilíndrico alto, com bico direcionador para evitar respingos no momento do escoamento; Fundo totalmente plano para garantir o contato integral com a zona de cocção do cooktop; Espessura estrutural mínima para evitar deformações sob altas temperaturas; Fixação do cabo feita por rebites ou solda industrial de alta resistência mecânica; Material interno atóxico, que não libere resíduos químicos na água fervente; Acabamento externo polido, escovado ou esmaltado de fácil higienização; Selo ou indicação explícita na embalagem: "Compatível com Indução"; Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.	253522	UNID	3	142,41	427,23
----	--	--------	------	---	--------	--------

13	<p>Panela com Tampa para Cooktop de Indução; Fundo Triplo Indutivo: Base plana com camada externa em aço inoxidável ferrítico (magnético), projetada especificamente para garantir a perfeita magnetização e distribuição uniforme de calor em cooktops de indução; Capacidade volumétrica: 2,0 litros; Material do corpo: Aço inoxidável de alta espessura ou alumínio injetado/forjado com revestimento interno cerâmico ou antiaderente premium (isento de PFOA); Alça e Puxador: Material antitêrmico (baquelite reforçada, silicone texturizado ou aço inox com tecnologia de isolamento de calor) para manuseio seguro; Fundo perfeitamente plano com espessura estrutural reforçada para evitar deformações sob alta temperatura; Fixação dos cabos e alças por rebites duplos ou solda industrial de alta resistência mecânica; Borda superior com design antiderramamento para facilitar o escoamento de líquidos; Acabamento externo resistente a riscos, manchas e de fácil higienização; Embalagem em caixa rígida de papelão com proteções internas antichoque; Presença do selo ou gravação na base do produto atestando a compatibilidade com indução (símbolo de mola/espiral); Inclusão de manual com instruções de uso, cura (se houver antiaderente) e conservação. Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	617399	UNID	3	180,63	541,89
----	--	--------	------	---	--------	--------

14	<p>Panela com Tampa para Cooktop de Indução; Fundo Triplo Indutivo: Base plana com camada externa em aço inoxidável ferrítico (magnético), projetada especificamente para garantir a perfeita magnetização e distribuição uniforme de calor em cooktops de indução; Capacidade volumétrica: 3,0 litros; Material do corpo: Aço inoxidável de alta espessura ou alumínio injetado/forjado com revestimento interno cerâmico ou antiaderente premium (isento de PFOA); Alça e Puxador: Material antitêrmico (baquelite reforçada, silicone texturizado ou aço inox com tecnologia de isolamento de calor) para manuseio seguro; Fundo perfeitamente plano com espessura estrutural reforçada para evitar deformações sob alta temperatura; Fixação dos cabos e alças por rebites duplos ou solda industrial de alta resistência mecânica; Borda superior com design antiderramamento para facilitar o escoamento de líquidos; Acabamento externo resistente a riscos, manchas e de fácil higienização; Embalagem em caixa rígida de papelão com proteções internas antichoque; Presença do selo ou gravação na base do produto atestando a compatibilidade com indução (símbolo de mola/espiral); Inclusão de manual com instruções de uso, cura (se houver antiaderente) e conservação. Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	615728	UNID	3	259,30	777,90
15	<p>Leiteira/fervedor/canecão em alumínio, capacidade nominal de 2 litros, com alça; Produto: Leiteira/fervedor de uso comercial. Capacidade nominal: Mínimo de 2 litros. Formato: Cilíndrico; Material do corpo: Alumínio de alta resistência e excelente condutividade térmica; Acabamento superficial: Polido de alto brilho externo e acabamento liso interno; Sistema de manuseio: Com alça/cabo lateral; Material da alça/cabo: Alumínio, fixado rigidamente ao corpo por rebites reforçados; Segurança e Higiene: Bordas com acabamento arredondado para evitar acúmulo de resíduos e facilitar a higienização. Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.</p>	467226	UNID	10	48,31	483,10

16	Leiteira/fervedor/canecão em alumínio, capacidade nominal de 3,5 litros, com alça; Produto: Leiteira/fervedor de uso comercial. Capacidade nominal: Mínimo de 3,5 litros. Formato: Cilíndrico; Material do corpo: Alumínio de alta resistência e excelente condutividade térmica; Acabamento superficial: Polido de alto brilho externo e acabamento liso interno; Sistema de manuseio: Com alça/cabo lateral; Material da alça/cabo: Alumínio, fixado rigidamente ao corpo por rebites reforçados; Segurança e Higiene: Bordas com acabamento arredondado para evitar acúmulo de resíduos e facilitar a higienização. Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.	622945	UNID	10	50,31	503,10
17	Leiteira/fervedor/canecão em alumínio, capacidade nominal de 4,5 litros, com alça; Produto: Leiteira/fervedor de uso comercial. Capacidade nominal: Mínimo de 4,5 litros. Formato: Cilíndrico; Material do corpo: Alumínio de alta resistência e excelente condutividade térmica; Acabamento superficial: Polido de alto brilho externo e acabamento liso interno; Sistema de manuseio: Com alça/cabo lateral; Material da alça/cabo: Alumínio, fixado rigidamente ao corpo por rebites reforçados; Segurança e Higiene: Bordas com acabamento arredondado para evitar acúmulo de resíduos e facilitar a higienização. Garantia mínima de 12 meses a contar do recebimento definitivo.	240392	UNID	10	68,75	687,50
PREÇO TOTAL ESTIMADO					20.041,74	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no ETP.

1.3. Trata-se de fornecimentos enquadrados como não contínuos ou contratados por escopo.

1.4. O custo estimado total da contratação está apostado na tabela acima.

1.5. O fornecimento do objeto será integral.

1.6. O edital de licitação, a proposta do contratado, este Termo de Referência e os eventuais anexos desses documentos vinculam esta contratação, independentemente de transcrição.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de copa e cozinha para atendimento das necessidades da 1ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, compreendendo os prédios da Sede, Juizado Especial Federal, Turmas Recursais e Arquivo.

2.2. A contratação mostra-se necessária para assegurar o adequado funcionamento das copas existentes nas unidades administrativas e judiciárias, garantindo condições apropriadas para preparo, acondicionamento e

fornecimento de bebidas e alimentos leves, tais como café, água e lanches, destinados a magistrados, servidores, colaboradores, estagiários, terceirizados e visitantes.

2.3. Os materiais contemplados incluem utensílios de uso contínuo e itens sujeitos a desgaste, quebra ou substituição periódica, como copos, xícaras, jaras, garrafas térmicas, coadores, galões de água e utensílios para aquecimento e preparo de água e alimentos. A ausência desses materiais compromete diretamente a rotina administrativa, as condições de higiene e o suporte operacional necessário ao regular desempenho das atividades institucionais.

2.4. Os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de consumo registrado pelo Almoxarifado da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, o estoque atualmente disponível e a necessidade de manutenção de saldo mínimo de segurança, com vistas a evitar desabastecimento e interrupções no atendimento das demandas das unidades.

2.5. Destaca-se, ainda, que parte dos itens previstos refere-se à reposição de materiais danificados pelo uso contínuo, enquanto outros decorrem da necessidade de adequação e modernização dos utensílios utilizados nas copas, especialmente aqueles compatíveis com equipamentos do tipo cooktop de indução instalados nas unidades.

2.6. Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir a continuidade das atividades administrativas, melhores condições de trabalho, bem-estar dos usuários internos e externos, além da adequada conservação e padronização dos materiais utilizados nas copas da instituição.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 0001001-74.2025.4.03.8002, identificador (doc. 13076477).

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na aquisição de materiais de copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades da 1ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, abrangendo utensílios e materiais utilizados no preparo, acondicionamento e fornecimento de água, café e demais bebidas, bem como itens necessários à manutenção das atividades das copas das unidades administrativas e judiciárias.

3.2. A contratação contempla itens de consumo e itens de natureza durável, incluindo copos, xícaras, jaras, garrafas térmicas, coadores, galões de água e utensílios destinados ao aquecimento e preparo de água e alimentos, conforme especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

3.3. A solução foi estruturada considerando o ciclo de vida dos produtos, observando critérios de durabilidade, qualidade, funcionalidade, segurança e adequação ao uso contínuo em ambiente institucional, de modo a assegurar maior vida útil dos materiais, redução de substituições frequentes e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

3.4. Para os itens duráveis, serão exigidas características mínimas de resistência e garantia contratual de 12 (doze) meses, visando assegurar desempenho adequado durante período razoável de utilização e minimizar riscos de defeitos prematuros. Para os itens descartáveis, serão observados requisitos relacionados à validade, integridade e condições de armazenamento, de forma a evitar desperdícios e perdas decorrentes de vencimento precoce.

3.5. No caso dos utensílios destinados ao uso em cooktop de indução, serão exigidos produtos compatíveis com essa tecnologia, garantindo segurança, eficiência operacional e adequação aos equipamentos existentes nas unidades da Justiça Federal.

3.6. Quanto aos aspectos de sustentabilidade, a contratação contempla item ecológico produzido em fibra de bambu, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes da utilização de materiais descartáveis convencionais, em consonância com práticas de consumo sustentável adotadas pela Administração Pública.

3.7. Os materiais deverão ser fornecidos novos, sem uso, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, devidamente acondicionados e embalados, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis, inclusive quanto à segurança sanitária e identificação dos produtos, quando

exigível.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Sustentabilidade

4.1.1. Deverão ser observadas:

a) IN SEGES 01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, especialmente art. 5º, incisos I, II, III:

a1) Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

a2) Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

a3) Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

b) Outros critérios constam da descrição de cada item, onde cabível.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes no ETP.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

5.2. O critério de aceitabilidade de preços constará do edital de licitação.

5.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo II do Edital de licitação.

5.4. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo II do Edital de licitação.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

6.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões

respectivas, com a devida comprovação e com pelo menos **2 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao estabelecido na descrição dos produtos constantes do subitem 1.1 deste termo de referência.

6.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, no horário das 11h00 às 17h00 horas:

Prédio-sede de Campo Grande/MS

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79037-102.

Telefone para contato: 67 3320-1100/1159.

Garantia técnica

6.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para os produtos 1 a 3 da tabela constantes do subitem 1.1 deste termo de referência.

6.7. Quantos aos produtos 4 a 6 e 9 a 17 da tabela constantes do subitem 1.1 deste termo de referência, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 09 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.7.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

6.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

6.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

6.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

6.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Mecanismos formais de comunicação

6.17. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o contratante e o contratado, os

seguintes:

a) E-mails e Cartas;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Áreas a que estão vinculados os fiscais e gestores:

7.1.1. Fiscal Técnico do Contrato: Seção de Material e Patrimônio - SUPA.

7.1.2. Gestor do Contrato: Divisão de Planejamento da Contratação e de Gestão Contratual - DIPG.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre o órgão e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. Caso haja designação de fiscal administrativo, sua atuação está adstrita aos aspectos estabelecidos no manual de fiscalização instituído pela Resolução PRES nº 782/2025 ou outra que venha a substituí-la.

Gestor do contrato

7.9. O gestor do contrato é o responsável pelo acompanhamento das atividades exercidas pelos fiscais; instrução processual dos requerimentos do contratado e dos procedimentos de alteração e prorrogação

contratual; adoção de providências, nos casos de inadimplemento contratual, inclusive para instauração de procedimento de apuração de falta contratual e de extinção dos contratos; aderência às normas e atendimento às diretrizes e obrigações contratuais; e recebimento definitivo do objeto, observadas as competências definidas em cada unidade gestora.

7.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos eventuais.

7.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato se for o caso.

7.17. A gestão e a fiscalização tratadas nesta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.18. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, o gestor ou os fiscais, conforme o caso, deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este Termo de Referência e demais documentos da contratação;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da

execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei e neste Termo de Referência;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, ressalvadas as hipóteses de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.10. Comunicar aos emitentes das garantias as alterações contratuais que resultem agravamento do risco, de acordo com os critérios estabelecidos nas condições contratuais do seguro, observada a normatização de regência.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. Na licitação para registro de preços em que for adotado o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto por grupo de itens, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá que a Administração realize prévia pesquisa de mercado e demonstre sua vantagem para o órgão.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e demais documentos da contratação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos, observados o contraditório e a ampla defesa;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais,

comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.2.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, do processo de dispensa ou de inexigibilidade ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.2.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.2.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

9.2.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais, regulamentares ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.2.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.2.7. O contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.2.8. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, inclusive mediante a

apresentação dos respectivos logs de dados, registros de acesso e/ou outros documentos equivalentes.

9.2.9. O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.2.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.2.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.2.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.2.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, mediante recibo, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.7.1. As atividades de montagem, instalação e outras inerentes ao funcionamento ou uso do bem correrão por conta do contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Condições de faturamento

10.8. O documento de cobrança será emitido em nome em nome da Justiça Federal de 1º Grau em Mato Grosso do Sul situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79037-102 - CNPJ.: 05.422.922/0001-00, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Nota de Empenho e contendo todos os dados desta e outros, conforme

abaixo especificado:

10.8.1. O documento de cobrança deverá ser emitido com o mesmo número de CNPJ constante da documentação apresentada para a habilitação e da Proposta Comercial, o qual serviu de base para a emissão da Nota de Empenho.

10.8.1.1. Na hipótese de divergência entre o CNPJ do documento de cobrança e o constante na Nota de Empenho, decorrente da necessidade de alteração do estabelecimento comercial emitente durante a execução do Contrato, o contratado deverá apresentar, previamente à emissão do referido documento, declaração justificando a alteração, apresentando, ao mesmo tempo, os comprovantes de regularidade previstos no art. 68, inc. III, da Lei no 14.133/2021, relativos ao estabelecimento comercial emitente.

10.8.1.2. A justificativa, prevista no subitem anterior, para a alteração do estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança, se aceita pela contratante, após a análise jurídica, implicará em adequação do Contrato, por meio de Termo Aditivo, para inclusão do estabelecimento em questão e de seu respectivo CNPJ, bem como para modificação do favorecido dos recursos orçamentários correspondentes.

10.8.1.3. No caso de alteração, nos termos do subitem anterior, o contratado deverá apresentar os dados bancários relativos ao CNPJ do estabelecimento

responsável pela emissão do documento de cobrança, para que o pagamento possa ser efetuado por meio de ordem bancária.

10.8.2. No documento de cobrança deverão constar os nomes e os números do banco e da agência, bem como o número da conta corrente na qual se dará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados informados na Proposta Comercial.

10.8.2.1. Qualquer alteração de dados bancários constantes da Proposta Comercial só será permitida desde que informada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal e encaminhada à Seção de Planejamento e Execução Financeira - SUFI, antes do processamento do respectivo pagamento.

10.8.3. No documento de cobrança não deverá constar material ou serviço de outra Nota de Empenho.

10.8.4. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente àquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.8.4.1. Se o contratado sofrer qualquer uma das retenções dos tributos elencados: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/PASEP (IN RFB no 1.234/2012), deverá efetuar o destaque nos documentos de cobrança.

10.8.5. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá acompanhar os materiais/equipamentos, sem prejuízo de ser encaminhado por meio do endereço eletrônico admms-supa@trf3.jus.br.

10.8.5.1. Quando do recebimento do documento de cobrança, será confirmada a regularidade fiscal e trabalhista do contratado mediante consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais referentes à documentação relacionada no edital de licitação e anexos.

10.8.5.2. O contratado deverá manter os documentos citados no subitem anterior atualizados.

Retenção de impostos e contribuições

10.9. Quando do pagamento ao contratado e de acordo com as suas condições específicas, aplicar-se-á, no que couber, as retenções dispostas na Lei no 9.430/1996 e regulamentação aplicável.

10.9.1. Se o contratado gozar de tratamento diferenciado em virtude de lei, seja na forma de benefícios ou isenções, deverá obrigatoriamente, no ato da assinatura do Contrato, apresentar a comprovação definida no dispositivo legal ou regulamentar que lhe garantiu o direito, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9.2. O contratado optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, Declaração na forma do Anexo IV da IN RFB no 1.234/2012, devendo informar imediatamente à contratante qualquer alteração da sua permanência no referido regime de arrecadação.

Liquidação e pagamento

10.10. Os prazos para liquidação e pagamento serão limitados a:

I - cinco dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, para a área gestora contratual providenciar o atesto da despesa;

II - cinco dias úteis, a contar do término do prazo do inciso I, para liquidação da despesa pela área financeira;

III - dez dias úteis, a contar do término do prazo do inciso II, para o pagamento;

III.a) quando for o caso, o pagamento ocorrerá na data acordada entre as partes, com leitura de código de barras.

10.10.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133/21, os prazos para liquidação e pagamento serão limitados a:

I - dois dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, para a área gestora contratual providenciar o atesto da despesa;

II - três dias úteis, a contar do término do prazo do inciso I, para liquidação da despesa pela área financeira;

III - cinco dias úteis, a contar do término do prazo do inciso II, para o pagamento;

III.a) - quando for o caso, o pagamento ocorrerá na data acordada entre as partes, com leitura de código de barras.

10.11. O gestor do contrato comunicará o contratado para que emita a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, com o valor exato dimensionado pela fiscalização se for o caso.

10.12. O prazo para liquidação de despesa poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.12.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, essa ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.12.2. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o gestor do contrato indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

10.13. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

10.14. Quando do recebimento do documento de cobrança, será confirmada a regularidade fiscal e trabalhista do contratado mediante consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais referentes à documentação relacionada no ato convocatório ou em seus anexos.

10.14.1. A consulta referida também servirá para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 16 de abril de 2018).

10.14.2. O contratado deverá manter os documentos citados no subitem anterior atualizados.

10/14.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10/14.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá

comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.14.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.14.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.15.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438 \text{ ao dia}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%

10.17.1. O pagamento dos encargos moratórios deverá ser objeto de solicitação pelo contratado, não cabendo à Administração fazê-lo de ofício.

Reajuste

10.18. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/05/2026.

10.19. Após o interregno de um ano, desde que haja requerimento do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.19.1. O requerimento será encaminhado à Divisão de Planejamento da Contratação e de Gestão Contratual - DIPG, no endereço eletrônico: admms-dipg@trf3.jus.br.

10.19.2. Concluída a instrução do requerimento de reajuste e de eventual reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período devidamente referendada pelo ordenador de despesas.

10.20. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.21. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.22 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.23. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.24. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.25. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 o contratado que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846/2013.

11.2. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à aplicação das seguintes sanções administrativas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com os artigos 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021:

a) Advertência pela falta prevista no subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observada a alínea "f" deste item 11 quando for o caso;

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como nos casos dos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

d) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, para o atraso injustificado superior a 15 (quinze) dias, caso em que a Administração poderá aceitar ou rejeitar o produto ou serviço e, se entender conveniente, promover a extinção unilateral do Contrato, conforme dispõem os artigos 138, inciso I, e 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

f) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela infração prevista no subitem 11.1.1, quando for o caso;

g) multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato pela infração prevista no subitem 11.1.2;

h) multa compensatória de 20% a 30% (vinte a trinta por cento) sobre o valor do contrato pelas infrações previstas nos subitens 11.1.3 e 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9.

11.2.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e configurará a infração prevista no subitem 11.1.3 e as respectivas sanções, inclusive a imediata perda da garantia de proposta em favor da unidade gestora promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º, da IN SEGES nº 73/2022.

11.2.2. Se o descumprimento consistir na perda das condições de habilitação, a Administração concederá o prazo de 30 (trinta) dias para o contratado regularizar a sua situação, sem cominação de penalidade para o período.

11.2.2.1. Não regularizando sua situação no prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser aplicada a penalidade de multa ao contratado no importe de 1% (um por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e, a critério da Administração, o contrato poderá ser extinto.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado.

11.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

11.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.3.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

11.7.1. Para fins de aplicação da multa, o valor do contrato é o valor atual do contrato quando da prática da infração, incluídos os reajustes/revisões já implementados em decorrência das formas previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.7.2. O pagamento da multa deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

11.7.3. Eventual atualização ou correção monetária do valor da multa será devida apenas após a decisão irreversível que impõe a penalidade.

11.7.4. A taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, será o índice utilizado para fins de atualização ou correção monetária e de juros de mora devidos em caso de atraso injustificado no pagamento do débito decorrente da multa.

11.7.5. Em vista do disposto no subitem anterior, a atualização ou correção monetária e os juros de mora não serão cumulados.

11.8. No caso de não pagamento das multas, o processo administrativo de aplicação de sanção deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

11.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

11.13. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

11.14. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

11.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12. EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, independentemente de termo aditivo, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. Constitui motivo de extinção contratual a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo contratante, conforme art. 3º da Resolução nº 007/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

12.5. O contratante poderá ainda:

a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

12.8. O contratado reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13. ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/Unidade: 00001/090015

II. Fonte de Recursos: 1000

III. Programa de Trabalho: 168312 - Julgamento de Causas na Justiça Federal

IV. Elemento de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo

V. Plano Interno: Não se aplica

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante providenciar a publicação da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na forma e no prazo previsto no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011.

17. COMUNICAÇÕES

17.1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

17.1.1. As comunicações feitas ao contratante deverão ser endereçadas à Seção de Material e Patrimônio, situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79037-102, telefone (0xx67) 3320-1100, ou no e-mail: admms-supra@trf3.jus.br.

17.1.2. As comunicações feitas pelo contratante em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes, inclusive as relativas ao informe de rendimentos anual (conforme previsão contida no art. 37 da IN RFB nº 1.234/2012, em se tratando de pessoa jurídica, e no art. 3º, § 3º, da IN RFB nº 2.060/2021, no caso de pessoa física), serão realizadas em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial, devendo o contratado mantê-lo atualizado.

17.1.3. Ao contratado caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, no prazo de 1 (um) dia útil, contado de seu envio pelo contratante.

17.1.3.1. Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pelo contratado.

17.1.4. Nos prazos para apresentação de defesa prévia e recurso, a Seção responsável pela intimação do contratado, franqueará, independentemente de pedido expresso, acesso ao “SEI – Sistema Eletrônico de Informações” ao representante legal do contratado, cujos dados foram informados na Proposta Comercial.

17.1.5. Quando estritamente necessário, as comunicações serão enviadas por via postal para o endereço informado na Proposta Comercial.

17.1.6. No caso de intimação para defesa e/ou recurso enviada por via postal e tratando-se de endereço localizado em edifício comercial, o contratado está ciente que a intimação será entregue na portaria e que o prazo para resposta será contado a partir do recebimento por funcionário próprio ou terceirizado atuante na referida portaria.

17.1.7. Eventuais mudanças de endereços deverão ser comunicadas por escrito.

Identificação da autoridade competente pela aprovação do Termo de Referência: Diretor (a) da Secretaria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Aparecida Bruciano Grant, Supervisor**, em 01/06/2026, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Michele Lopes de Vasconcelos, Supervisora**, em 01/06/2026, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Gonçalves, Diretor(a) da Divisão de Planejamento da Contratação e de Gestão Contratual**, em 01/06/2026, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13151084** e o código CRC **606B513F**.